



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario V. 13, N° 1 (2019)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy

Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Questões sobre o ensino domiciliar e a restrição de acesso ao conhecimento

Problemas sobre la educación en el hogar y la restricción del acceso al conocimiento

Janaina Klinko¹

DOI: <https://doi.org/10.47965/fermen.13.1.7>

Recibido: 03/03/2019

Aceptado: 25/06/2019

Resumo

O presente trabalho visa pautar uma reflexão sobre as principais motivações para a escolha do ensino domiciliar na contemporaneidade, levando em conta as frequentes justificativas religiosas ou ideológicas, além de um significativo descontentamento em relação às instituições escolares - seja por uma suposta ineficiência pedagógica ou então pela imposição de atividades e conteúdos julgados desnecessários. A fim de realizar uma consideração sobre os pressupostos que embasam o ensino domiciliar hoje, traçaremos aqui alguns paralelos e diferenças com a ideia de ensino preceptorial em

¹ Mestranda pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) - janaina.klinko@gmail.com

meados do século XVII, atentando para o impacto do humanismo e do pensamento liberal no contexto de uma educação predominantemente religiosa. Além disso, trataremos da oposição estabelecida entre casa e escola nos diferentes contextos abordados. E, finalmente, pensaremos quais possíveis efeitos da tensão existente entre os interesses coletivos e individuais no que concerne às escolhas educativas e o acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: desescolarização, ensino domiciliar, Educação

Abstract

The present work aims to guide a reflection on the main motivations for the choice of home education in contemporary times, taking into account the frequent religious or ideological justifications, in addition to a significant discontent in relation to school institutions - either due to a supposed pedagogical inefficiency or else due to imposition of activities and content deemed unnecessary. In order to make a consideration about the assumptions that base home education today, we will draw some parallels and differences with the idea of preceptorial teaching in the mid-seventeenth century, paying attention to the impact of humanism and liberal thinking in the context of an education predominantly religious. In addition, we will deal with the opposition established between home and school in the different contexts covered. And finally, we will think about the possible effects of the tension that exists between collective and individual interests with regard to educational choices and access to knowledge.

Keywords: education, unschooling, homeschooling.

*“Todo o bom pai enfrenta a mesma tentação: guardar para si os
filhos, fora do mundo, longe do tempo.”*

(Mia Couto)

Introdução

Tem se tornado cada vez mais comum o debate acerca do ensino domiciliar no Brasil, assim como em outros países onde a modalidade é regulamentada e considerada uma dentre outras opções da formação básica - como a escolarização em rede pública ou instituição privada. No entanto, mesmo nos países onde tal prática é reconhecida pela lei, sua regulamentação não se dá sem polêmicas ou disputa de interesses, uma vez que torna candente a seguinte discussão sobre responsabilidade

educativa: compete ao Estado ou a família definir os objetivos, conteúdos e métodos de ensino a serem aplicados?

A partir de uma reflexão sobre as motivações que sustentam a prática do ensino domiciliar hoje, pretendemos resgatar elementos constitutivos do ensino preceptorial em meados do século XVII, período marcado pela predominância de uma formação realizada em instituições religiosas. Neste contexto, o ensino preceptorial domiciliar, influenciado pelas ideias humanistas e pela ampliação da ciência e do acesso ao conhecimento, parece criar um contraponto à educação religiosa.

Embora um dos argumentos atuais para a adesão ao ensino domiciliar seja justamente a possibilidade do desprendimento de um currículo pré-estabelecido, é importante atentarmos para as diferenças histórico educacionais. No contexto contemporâneo da universalização de um ensino predominantemente laico, o *homeschooling* parece se opor justamente a ideia de ampliação do conhecimento. Além de prescindir da figura de um educador externo, uma vez que é comum os pais assumirem a maior parte das responsabilidades pedagógicas para com seus filhos, encontra principalmente no universo familiar as referências do que deve ser ensinado - inclusive religiosas. Em outros casos, como na crescente prática da desescolarização, não é apenas o preceptor que sai da cena educativa, mas também qualquer regulamentação pedagógica como avaliação, currículo ou metodologia. Evidenciando, a partir da restrição e individualização do conhecimento, uma profunda diferença na concepção de educação e de sua relação com a cultura geral.

O ensino domiciliar hoje

Segundo descrição veiculada na página virtual da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED)², “a Educação Domiciliar ocorre quando os pais assumem por completo o controle do processo global de educação dos filhos” ou quando “se responsabilizam por todos os aspectos da educação dos filhos: valores, condutas, formação do caráter, questões afetivas e também a instrução formal ou o saber acadêmico”. O *homeschooling*, modelo de ensino domiciliar com maior popularidade, consiste na realização dos processos educacionais em ambiente doméstico, orientados pelos próprios pais das crianças, ou então, por professores/tutores contratados para tal finalidade. Geralmente estão atrelados a um currículo e sistema de avaliação definidos legalmente, e contam com a supervisão do Estado de acordo com a regulamentação prevista.

² Criada em 2010 por um grupo de famílias insatisfeitas com a escolarização de seus filhos, a ANED pretende pleitear a regulamentação do Ensino Domiciliar no Brasil. <https://www.aned.org.br/>, acesso em 17 de julho de 2018.

Uma outra vertente da educação domiciliar, denominada *unschooling* ou *desescolarização*, propõe o estudo mobilizado fundamentalmente pelo interesse e pela necessidade do aprendiz, de forma desvinculada da lógica escolar. Seus adeptos acreditam que fora da escola a educação pode ser espontânea, seguindo um curso natural de aprendizado a partir da interação da criança com o meio. Com grande prestígio no cenário norte americano, Ivan Illich (1985) e John Holt (1999) são considerados os maiores teóricos e pioneiros na discussão sobre desescolarização durante a década de 1970. Suas produções têm como foco principal a contestação do sistema escolar e a defesa de uma aprendizagem livre de definições e expectativas impostas ou pré-estabelecidas, em outras palavras, uma aprendizagem sem ensino.

Embora a discussão esteja presente no debate educacional desde meados de 1970, é significativa a sua retomada nos últimos anos, acompanhada de crescente adesão a estas modalidades de ensino. Segundo dados da ANED, existem cerca de 5000 famílias praticando o *homeschooling* no país atualmente.

Em 5 de junho de 2015, o STF, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada: saber se o ensino domiciliar (*homeschooling*) pode ser proibido pelo Estado ou viabilizado como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação, tal como previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988 (Barbosa; Oliveira, 2017: 15-16).

Além da movimentação jurídica causada pela reivindicação de algumas famílias, é notável como o tema vem ganhando espaço em diferentes mídias e também nas redes sociais, por meio de publicações em plataformas digitais como blogs e sites³, além da produção de vídeos, obras cinematográficas⁴ e reportagens em veículos de grande circulação midiática⁵.

Motivações para o ensino domiciliar na contemporaneidade

Dentre as principais razões que levam os adeptos do *homeschooling* a educarem seus filhos em casa estão a busca por melhor qualidade pedagógica, ou ainda, a preferência por uma formação que esteja de acordo com os valores familiares. Segundo Brewer e Lubienski (2017: 22, tradução nossa)

Embora existam muitas razões individualistas pelas quais os pais escolhem a educação doméstica para seus filhos, tendem a existir duas grandes categorias de justificativas para o *homeschooling*: (1) empírica - alegações por uma maior eficiência, eficácia

³ Livre para Crescer. <http://www.livreparacrescer.com/>. Acesso em 18 de jul. 2018.

⁴ *La Educación Prohibida* (2012), filme dirigido por German Doin e Verónica Guzzo.

Being and becoming (2014), filme dirigido por Clara Bellar.

⁵ “Famílias adeptas da 'desescolarização' tiram filhos do colégio em São Paulo”, por Angela Pinho.

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1858031-familias-adeptas-da-desescolarizacao-tiram-filhos-do-colegio-em-sao-paulo.shtml> Acesso em 18 de jul. 2018.

ou adequação pedagógica; e (2) ideológica - geralmente manifestadas como disposições religiosas ou políticas.⁶

No campo das justificativas empíricas encontramos um discurso difuso e generalizado de insatisfação em relação à escola tradicional, no qual se repetem adjetivações como ultrapassada, conservadora, autoritária, restritiva, doutrinadora, desnecessária, entre outras. No contexto da educação pública brasileira, somam-se ainda as críticas referentes a qualidade da ensino, competência e formação profissional dos professores.

No entanto, a crença de que os estudantes formados em ambiente domiciliar apresentam melhor desempenho intelectual é bastante controversa. Embora estes apresentem bons resultados acadêmicos, as pesquisas são inconclusivas no que diz respeito a causa principal desta diferença, pois um fator determinante seria o contexto cultural e socioeconômico de suas famílias. Sem dúvida, aqueles que contam com pais engajados em sua educação e também com maior poder aquisitivo, acesso e circulação social apresentarão melhor desempenho em qualquer ambiente, independentemente do método escolhido (Brewer; Lubienski, 2017).

Quanto às questões ideológicas, destacamos que no ensino domiciliar, quando os pais assumem a responsabilidade pedagógica dos métodos e da escolha de conteúdos a serem trabalhados, é prevista a opção por um currículo que reforce as crenças familiares e não crie contradições na formação. Ou mesmo quando, na prática da desescolarização, a escolha fica a cargo da criança e de seus interesses, dificilmente ela terá contato com elementos desconhecidos. Em ambos os casos perde-se a oportunidade do contato com o diferente e o aluno é isolado daquilo que a família não considera adequado. A liberdade do estudante é restringida em nome de uma suposta liberdade de escolha educacional da família.

Além disso, a permanência da criança no ambiente doméstico, muitas vezes responde a uma ilusória sensação de segurança, pois pretende evitar que ela entre em contato com situações de violência, promiscuidade e abuso de drogas no ambiente escolar. No entanto, estudos apontam que muitas vezes a prática do *homeschooling* não supervisionado está relacionada à situações que colocam a integridade física e emocional da criança em risco, incluindo negligência, abuso e até mesmo morte (Brewer; Lubienski, 2017).

⁶ “Although there are many individualistic reasons why parents choose to homeschool their children, there tend to be two broad categories of rationales for homeschooling: (1) empirical — claims of greater efficiency, effectiveness, or pedagogical appropriateness; and (2) ideological – often informed by a religious or political disposition.”

Entendemos assim, que as justificativas acima mencionadas carregam em si um fundo comum, estão vinculadas às necessidades individuais de cada família. A baliza que define o que deve ser aprendido ou o que não deve ser mencionado está a serviço dos interesses privados.

E embora reconheçamos que muitas das reformas nas escolas públicas tradicionais têm elevado a individualidade e promovido um senso de competição entre alunos e professores, o *homeschooling* continua sendo um exemplo paradigmático de educação conceitualizada como um bem individual. Em vez de se engajar no esforço coletivo para educar a próxima geração, os *homeschoolers* apresentam uma prática ilustrativa de uma ideologia que sugere que os benefícios da educação sejam experimentados e realizados pelo indivíduo e não como um coletivo (Brewer; Lubienski, 2017: 34, tradução nossa).⁷

Ou ainda, como afirmam Oliveira e Barbosa (2017: 194),

A fundamentação da educação domiciliar é originária de uma vasta gama de posições antiestatistas, que passam por anarquistas, liberais individualistas e posições religiosas fundamentalistas, entre outras. Uma das correntes teóricas que também dá suporte a essa visão de educação é o neoliberalismo. O ponto crucial de sua fundamentação é a rejeição da compulsoriedade escolar. (...) É contra o Estado, que monopoliza a direção da educação escolar, obrigando os cidadão a segui-la, que se posicionam os favoráveis ao homeschooling, suscitando questões teóricas sobre o ensino livre, muito semelhantes às formuladas pelos liberais.

Uma vez constatada a preponderância dos interesses individuais em relação aos coletivos e, considerando que a história das ideias pedagógicas apresenta outros momentos em que o ensino domiciliar foi tematizado, julgamos pertinente fazer uma breve retomada das propostas de ensino preceptorial doméstico datadas do século XVII e dos princípios liberais e humanistas implicados na idealização desta modalidade, além de traçar alguns paralelos e diferenças com a prática do ensino domiciliar nos dias de hoje.

O cenário educacional no século XVII

Antes de tratarmos do ensino preceptorial, consideramos importante recuperar o contexto histórico educacional no século XVII e as expectativas referentes ao processo de formação das crianças e jovens neste período. Por toda a Europa era comum a tarefa educativa ficar a cargo dos *colégios*, instituições religiosas que visavam a educar os mais novos para a vida em sociedade, levando em

⁷ “And while we acknowledge that many of the reforms in traditional public schools have elevated individuality and fostered a sense of competition among students and teachers, homeschooling remains the quintessential example of education conceptualized as an individual good. Rather than engaging in the collective effort to educate the next generation, homeschoolers exhibit a practice illustrative of an ideology suggesting that the benefits of education be experienced and realized by the individual rather than as a collective.”

consideração principalmente a aprendizagem dos preceitos da fé e determinados modos de se comportar.

Gratuitos e sem finalidade lucrativa, eles estruturaram um método, até então inaudito, de organizar a formação letrada. Sua inserção histórico-social veio a lume no contexto das lutas e disputas religiosas entre a vertente do cristianismo tradicional católico e as correntes reformadas que, com a primeira, pretendiam concorrer. Em ambos os casos, o colégio tornou-se uma estratégia privilegiada para formação das almas (Boto, 2017: 210).

Era pulsante a popularização dos impressos tipográficos em todos âmbitos da sociedade e, por meio da educação criava-se a oportunidade do contato com a cultura letrada, permitindo a ampla disseminação da fé a partir dos textos considerados sagrados, mas também o acesso à cultura geral de caráter enciclopédico. No entanto, por estar subordinado aos interesses de uma educação religiosa, o conhecimento sofria edições que o tornavam mais adequado aos objetivos da formação.

Os colégios não apenas elegem e selecionam a triagem das matérias abarcadas pelo currículo, mas também garimpam textos de escritores da Antiguidade, de maneira a conferir à história – especialmente greco-romana – um caráter exemplar, como se seu propósito básico fosse o de evocar vultos modelares da Antiguidade, aliando a isso o necessário aprendizado das línguas grega e latina. Não há, nessa medida, preocupação quanto à historicidade, e as obras trabalhadas deveriam ser recortadas como excertos seletos. (Boto, 2017: 227)

Além de direcionar um olhar seletivo para as referências da Antiguidade, áreas do conhecimento como as ciências da natureza eram vistas com desconfiança, pois “poderiam afastar o indivíduo do reconhecimento e do respeito tácito pelos mistérios divinos” (Boto, 2017: 227). Mas, para além da predominância do ensino religioso, o simultâneo desenvolvimento das ciências e dos ideais liberais fazem do século XVII um período complexo e repleto de tensões. Nesta época circulavam também os manuais de civilidade que, juntamente com os catecismos, definiam os fundamentos da educação nas instituições.

O humanismo e o ensino preceptorial

A educação para a civilidade era um ponto de interesse também para os humanistas que, assim como os educadores religiosos da época, se preocupavam com os modos comportamentais de distinção. Porém, apoiados em uma visão antropocêntrica do mundo, era valorizada a secularização do pensamento e o desenvolvimento das ciências.

Segundo Boto (2017: 77)

As obras humanistas caracterizam-se basicamente pela preocupação com a edificação de um patamar de cultura geral, adequada ao homem de corte, ao homem civil. Não havia, portanto, entre os principais humanistas da época, grande preocupação com algum tipo de instrução voltada para a utilidade. A cultura geral almejada apresentava-se, por si, como propedêutica e enciclopédica: supunha-se, pelos padrões da Antiguidade, que assim deveria ser. Cabia aliar tal cultura a um conjunto organizado de regras de *savoir-vivre* que modelassem os movimentos do homem cultivado em sociedade.

Por se tratar de um movimento de cunho aristocrático, o humanismo não defendia o ensino para todas as camadas sociais. Em sua maioria, consideravam o modelo de ensino preceptorial realizado em ambiente doméstico como o mais adequado, embora poucos pudessem ter acesso a essa configuração. A relação entre um bom preceptor e o discípulo seria responsável pela transmissão dos bons costumes e também do conhecimento necessário para a formação desejada, pois “a maior parte dos autores humanistas acreditava que o ensino coletivo na escola corromperia os costumes (Boto, 2017: 130)”.

O ensino preceptorial segundo Locke

John Locke, filósofo conhecido como “pai” do liberalismo e defensor dos ideais de liberdade, direito à vida e a propriedade, publica em 1693 o texto “Alguns pensamentos sobre educação”, no qual irá defender expressamente o ensino realizado em ambiente privado, seguro e livre de más influências e maus exemplos:

Não posso deixar de preferir a educação doméstica, que se realiza sobre a vigilância dos pais, com o auxílio de um bom preceptor: este é o melhor meio e mais seguro para alcançar o grande fim da educação, sempre que possível e sempre que se sigamos bons métodos. (Locke, 2012: 141)

Embora reconheça as possíveis adversidades de se educar as crianças fora de casa, como desconhecimento do mundo e de suas regulações sociais, Locke acredita que estas habilidades podem ser adquiridas posteriormente, com o caráter já formado. Segundo o autor, é preferível uma educação apoiada na ingenuidade do que nos “hábitos de petulância, de malícia e de violência que se aprendem no colégio” (Locke, 2012: 134). O contato com os alunos provenientes de outras realidades se faz arriscado, pois pode representar um desvio da educação planejada pelos pais das crianças.

É difícil adivinhar as qualidades que um pai pode esperar que os filhos consigam na companhia destas crianças, que a escola reúne, provenientes de todo o gênero de famílias. Do que estou certo é que quem puder custear um preceptor e educar o seu filho em casa poderá assegurar, melhor do que na escola, as maneiras gentis os pensamentos *viris*, o sentimento do que é digno e útil, sem contar com aquilo que será obrigado a fazer: maiores progressos nos seus estudos e amadurecer mais cedo o homem que há na criança (Locke, 2012: 137).

Com o foco voltado para a formação moral do indivíduo, a civilidade é o principal objetivo da educação. A instrução e o acesso ao conhecimento ficam em segundo plano, como algo decorrente dos interesses do homem já formado.

O grande trabalho do preceptor é moldar a conduta e formar o espírito; estabelecer no seu discípulo os bons hábitos, os princípios da virtude e da sabedoria; dar-lhe pouco a pouco uma ideia de mundo; desenvolver nele a tendência para amar e imitar tudo que é excelente e louvável e, para conseguir esse objectivo, torná-lo vigoroso, activo e industrioso. Os estudos que lhe propõe não devem ter outro objectivo senão exercitar as suas faculdades, ocupar o seu tempo, afastando-o da preguiça e da indolência, ensiná-lo a aplicar-se, a fazer um esforço, inspirando-lhe, enfim, algum gosto pelas coisas que deve acabar por aprender através do seu próprio trabalho (Locke, 2012: 186).

Mas é importante ressaltarmos aqui a ausência de ideais religiosos no que concerne ao plano de uma educação ideal.

É partir do ideal educacional humanista que ela deixa de ser uma preparação profissional - ligada aos direitos, à medicina e, sobretudo, à teologia - para ter como objetivo a “formação do espírito”, então entendida como a busca de cada um pela constituição de sua *humanitas*. Uma busca empreendida por meio do acesso direto ao legado cultural clássico; pelo estabelecimento de um processo formativo cujo resultado não é a aprendizagem instrumental de informações e conhecimentos especializados, mas a constituição de um sujeito que se insere na dimensão histórica do mundo (Carvalho, 2017a: 32-33)

Assim como os humanistas de sua época, Locke prezava pelo ensino de uma cultura geral e pela formação de um sujeito apto a desenvolver suas investigações conforme os próprios interesses.

o contato com a poesia, a filosofia, as artes e a história deveria ter um caráter liberal: seu papel era o de possibilitar por meio do diálogo com o legado clássico, que cada um viesse a cultivar seu espírito e a desenvolver sua personalidade liberado das contingências de sua ascendência familiar e de expectativas predeterminadas quanto a seu papel social (Carvalho, 2017b: 113)

Deste modo, entendemos que ao propor uma modalidade desvinculada dos ideais religiosos presentes no cenário educativo da época, o ensino preceptorial domiciliar poderia representar uma abertura para o conhecimento, dito de outra forma, permitiria uma ampliação no acesso ao legado cultural humano.

Casa versus escola

Cabe ainda fazermos um comentário sobre a tensão estabelecida entre casa e escola nos exemplos paradigmáticos trabalhados até aqui, a saber, os colégios religiosos, o ensino preceptorial em meados do século XVII e o ensino domiciliar contemporâneo.

Para os jesuítas, a criança deveria ser subtraída o máximo tempo possível do convívio familiar (os colégios eram, geralmente, internatos), de maneira a criar um ambiente purificado, exclusivamente pedagógico, no qual o jovem poderia ser protegido das mazelas e maldades do universo exterior – mediante intensa vigilância, que contivesse possíveis arroubos de espontaneidade. (Boto, 2017: 216)

Enquanto que nos colégios era previsto o isolamento do universo familiar, a fim de garantir uma formação sem interferências, o ensino preceptorial propunha a inserção do cenário educativo no ambiente doméstico, também à guisa de propiciar um espaço seguro e protegido para os fins pedagógicos.

Porém, mesmo dentro de casa, a figura do preceptor era central e imprescindível. Segundo Boto (2017: 83) “a escola não era, para a maior parte dos humanistas, alternativa defensável. Contudo, reconhecia-se que as famílias não sabiam educar. Por isso a necessidade de haver critérios para a escolha do bom preceptor”, como fica evidente nos conselhos de Locke (2012: 172): “Se têm dificuldade em encontrar o preceptor que desejam, não se surpreendam. Apenas vos posso dizer que não devem economizar esforços ou dinheiro para encontrá-lo”.

Assim, a educação não deveria ser levada a cabo pelos familiares do aprendiz que, inclusive, deveriam cuidar para fazer uma boa escolha na hora de contratar o profissional para a função. Podemos atribuir esta diferença de papéis tanto ao reconhecimento de um saber específico na figura daquele que ensina, quanto na inserção de um terceiro externo à relação de filiação.

Se pensarem como a tarefa de um preceptor, quando é bem desempenhada, **difere dos hábitos recebidos**, e como até aqueles que se propõe a esta responsabilidade estão longe de formar uma ideia sobre isso, estarão talvez de acordo comigo e reconhecerão que um homem capaz de educar e de formar o espírito de um jovem cavalheiro não se encontra em qualquer lado, e que todo cuidado é pouco se não se querem enganar na fossa escolha (Locke, 2012: 172-173, grifo nosso)

Ao reconhecer a importância de uma interferência dissonante no processo educativo, Locke reforça que tal função não deve ser desempenhada pelos próprios pais, como supõe possível diferentes vertentes do ensino domiciliar nos dias de hoje. Segundo Arendt (2007: 238), a escola seria “a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo, com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo”, deste modo, podemos pensar que o ensino preceptorial guardaria semelhanças com a instituição, reconhecendo seu caráter intermediário.

Ao discutir a diferença do ambiente escolar para aquele determinado pelas relações familiares, Azanha afirma que na escola

a criança não mais é protegida e amada como na família, mas também não é mais massacrada pelas obrigações do afeto e da hierarquia natural. Na escola a criança vive entre seus pares e as simpatias e as preferências podem se estabelecer sem as imposições do sangue. É-se menos protegido, mas em compensação se é mais livre (1978: XIII)

Embora não estejamos tratando aqui do ensino realizado nas instituições escolares, reconhecemos também esta diferença na relação do preceptor com seu discípulo em que, subtraídos os afetos e “imposições do sangue”, parece ter uma qualidade distinta.

De acordo com Alain (2012: 26)

A família instrui mal, e até cria mal. A comunidade do sangue desenvolve nela afeições inimitáveis, porém mal regradas. É que ali se confia; assim cada qual tiraniza do fundo do coração. Parece coisa de selvagem. Uma plena confiança, sem liberdade nenhuma. Pode-se exigir tudo, mas também deve-se tudo. Quando a família vive nela própria como uma planta, sem o ar benfazejo dos amigos, dos cooperadores e dos indiferentes, desponta ali um fanatismo sem igual; é um tal de admirar e simultaneamente censurar com fúria. Não se permite a dissidência pois se espera demais a concordância.

Quando, na educação domiciliar contemporânea, os pais “se responsabilizam por todos os aspectos da educação dos filhos: valores, condutas, formação do caráter, questões afetivas e também a instrução formal ou o saber acadêmico”, como vimos anteriormente, parece não haver espaço para a irrupção da novidade ou para o contato com o inesperado.

Considerações finais

Ao compararmos as justificativas mais recorrentes para a escolha do ensino domiciliar hoje com os motivos delineados por John Locke na defesa de um ensino preceptorial no século XVII, encontramos alguma ressonância no que diz respeito aos argumentos utilizados. Em ambos os casos fica evidente a tentativa de evitar o contato da criança com as “más influências”, ou seja, com toda sorte de comportamentos e opiniões consideradas nocivas ao bom desenvolvimento do estudante.

No entanto, para Locke, tal preocupação parece estar ligada ao cultivo da civilidade e à aprendizagem dos modos de se comportar adequados a um homem culto e bem formado. Apoiado nos ideais aristocráticos de distinção das demais camadas da sociedade, a proposta parece restringir desvios de conduta, não colocando em questão os conteúdos do processo educativo. Situado em uma época em que havia intenso desenvolvimento científico, além da retomada das referências clássicas e de uma abertura do espírito para as novas descobertas, entendemos que a defesa por um ensino preceptorial no século XVII representaria, no contexto de uma educação realizada predominantemente em

instituições religiosas, uma ampliação das possibilidades de estudo. Os métodos de ensino, assim como os conteúdos abordados, não seriam determinados pela fé, e sim pelo livre pensamento dos estudantes.

Já na prática do ensino domiciliar atual, como pudemos identificar no início desta reflexão, são frequentes as justificativas políticas ou religiosas que embasam esta opção. Neste caso, as “más influências” podem ser entendidas como as diferenças ideológicas em relação aos valores familiares, e representam uma ameaça a um caminho de formação pré-concebido.

Neste sentido, é notório o predomínio dos interesses individuais em detrimento de uma educação pensada para a coletividade, uma vez que pretende a restrição do contato com o conhecimento considerado indevido. O mesmo raciocínio se aplica à prática específica da desescolarização pois, embora não haja a definição de um currículo alternativo ao convencional, pressupõe a total autonomia das crianças na definição de seu percurso pedagógico, condenando-as aos próprios e já conhecidos interesses.

Vimos ainda que, diferentemente do que é proposto na idealização do *homeschooling*, a experiência educativa, seja ela escolar ou preceptorial - mesmo que no ambiente doméstico -, implica na interferência de um outro que, conforme apresenta fragmentos desse legado cultural, opera um anteparo entre a criança e o universo familiar.

Para terminar, ressaltamos que, ao nos debruçarmos sobre o contexto e a atualidade das práticas educativas aqui explicitadas - ensino domiciliar e desescolarização, fez-se necessário buscar bases históricas das ideias que insurgem, tendo em vista uma melhor compreensão destes fenômenos.

Referências

- Alain (2012). *Considerações sobre a educação seguidas de pedagogia infantil*. São Paulo: É realizações.
- Arendt, H. (2007) *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Azanha, J. M. P. (1978) Alain ou a pedagogia da dificuldade?. En: Alain. (1978) *Reflexões sobre a educação*. São Paulo: Saraiva. (pp. VII-XIX)
- Barbosa, L. M. R.; Oliveira, R. L. P. (2017) Apresentação do Dossiê: Homeschooling e o Direito à Educação” En: *Pro-Posições, Revista electrónica*. 28(2) (2017). Campinas. Disponible en: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200015&lng=en&nrm=iso> (Acceso: 18 de julho, 2018)
- Boto, C. (2017) *A liturgia escolar na Idade Moderna*. Campinas: Papirus.

- Brewer, T. J.; Lubienski, C. (2017) Homeschooling in the United States: Examining the Rationales for Individualizing Education. En: *Pro-Posições, Revista eletrônica*. 28 (2) (2017). Campinas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200021&lng=en&nrm=iso> (Acesso: 18 de julho, 2018)
- Carvalho, J. S. F. (2017a) A experiência escolar ainda tem algum sentido? En: Carvalho, J.S.F. (Org.); Custódio, C. O. (Org.). (2017) *Hannah Arendt: a crise na educação e o mundo moderno*. São Paulo: Intermeios.
- Carvalho, J. S. F. (2017b). *Educação, uma herança sem testamento: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva.
- Couto, M. (2016) *Antes de nascer o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holt, J. (1999) *Como as crianças aprendem*. Campinas: Verus.
- Illich, I. (1985) *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes.
- Locke, J. (2012) *Alguns pensamentos sobre a educação*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, R. L. P.; Barbosa, L. M. R. (2017) O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. En: *Pro-Posições, Revista eletrônica*. 28(2) (2017). Campinas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000200193&lng=pt&nrm=iso (Acesso: 18 de julho, 2018)